

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

ÓRGÃO:

Prefeitura Municipal de Tarauacá

SETOR DEMANDANTE/REQUISITANTE:

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

RESPONSÁVEIS PELA DEMANDA

José Carlos Bezerra da Silva
Coordenador de Esporte da Sec. Mun.
Esporte e Lazer
Portaria nº 237/2025
E-mail: secesportiva@gmail.com

Francisco Ednilton Santos Nascimento
Diretor de Esporte da Sec. Mun. Esporte e Lazer
/ Zona Urbana
Portaria nº 210/2025
E-mail: secesportiva@gmail.com

Ana Caroline Porcel Ribeiro Maia
Assessora Técnica em Engenharia
Portaria nº 202/2025
E-mail: planejamentotarauaca@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública. A Contratação atenderá os preceitos e recomendações contidos na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

DADOS DA OBRA

Número do Convênio/Contrato de Repasse/Termo de Compromisso:

Atendimento ao Termo de Compromisso nº 986844/2025 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) / Ministério do Esporte.

Nome do Projeto: **Construção de Espaço Esportivo Comunitário, no Município de Tarauacá/Acre.**

Localização da Obra: **A obra/serviços será executada na Av. Tancredo Neves, bairro Avelino Leal, no município de Tarauacá/Acre.**

E-mail: secesportiva@gmail.com

Rua: Avenida Antônio Frota, Nº 118, Centro Tarauacá – Acre / Cep: 69970-000



Coordenadas geográficas: Latitude: - 08.14867 e Longitude: -70.77323.

1.2 - O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem como objetivo avaliar alternativas de contratação pública para o objeto a ser licitado, oriundo do Termo de Compromisso nº **986844/2025**, celebrado entre o Ministério do Esportes e a Prefeitura de Tarauacá/Acre, é de relevante notabilidade quando se pondera o impacto positivo em beneficiar diretamente o Município, sobretudo a população urbana do referido município, servindo como base para a elaboração do Termo de Referência, de acordo com o Artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.3 - Trata-se de obra de engenharia, tendo como objeto da presente contratação se caracteriza como **CONSTRUÇÃO**, cuja atividade estabelecida, privativa das profissões de arquiteto e engenheiro, implica na intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais dos logradouros, de interesse para a Administração, que deverá ser norteada e executada de acordo com Projeto Básico.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE - (ART. 18, § 1º, I DA LEI N. 14.133/21)

2.1 – A presente contratação tem por finalidade a construção de um Espaço Esportivo Comunitário, visando atender à demanda por infraestrutura adequada para práticas esportivas, recreativas e de lazer no município. A iniciativa busca promover inclusão social, melhoria da qualidade de vida e incentivo à prática de atividades físicas.

2.2 - A demanda decorre de Termo de Compromisso firmado com o Governo Federal, cujo projeto foi previamente aprovado pelo órgão concedente, não havendo discricionariedade da Administração quanto à concepção da solução.

2.3 - O município enfrenta limitações na oferta de espaços públicos adequados para a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer, o que compromete o atendimento das demandas da população, especialmente de crianças, adolescentes e jovens.

2.4 - A insuficiência de infraestrutura apropriada impacta diretamente na promoção da saúde, na qualidade de vida e na inclusão social, dificultando o acesso da comunidade a atividades que contribuem para o desenvolvimento físico, social e educacional. Além disso, a ausência de ambientes estruturados para convivência comunitária pode potencializar situações de vulnerabilidade social e reduzir as oportunidades de integração e bem-estar coletivo.

2.5 - Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de ampliação e qualificação dos espaços públicos destinados ao esporte e lazer, de modo a atender ao interesse público, fomentar políticas sociais e promover melhores condições de vida à população, em consonância com as diretrizes governamentais e compromissos assumidos por meio da Proposta nº 986844/2025 – Transferegov, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

	
MINISTERIO DO ESPORTE	
TRANSFERE	
Nº / ANO DA PROPOSTA:	
064473/2025	
NÚMERO DA PROPOSTA NOVO PAC - SELEÇÃO:	
51000001/202-2025	
OBJETO:	
Construção do Espaço Esportivo Comunitário no Município de Tarauacá/AC.	
CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:	
Com a proposta, buscamos promover o esporte amador, educacional, de lazer, por meio da disponibilização à população de infraestrutura esportiva moderna e adequada à prática e promoção do esporte, resultando na consecução dos interesses do Ministério do Esporte em ampliar o acesso ao esporte e às atividades físicas, com foco na formação, no desenvolvimento e na qualidade de vida.	
RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:	
Por meio desta intervenção, o Município pretende oferecer um espaço adequado à população para a prática de esporte e lazer, contribuindo para diminuição da exclusão e do risco social; melhorando a qualidade de vida e garantindo acessibilidade a espaços esportivos modernos, em consonância com os objetivos e diretrizes do Programa no que se refere a ampliação da oferta de infraestrutura esportiva e promoção do esporte.	
PÚBLICO ALVO:	
Crianças, adolescentes, adultos, pessoas com deficiência, terceira idade, escolas do município.	
PROBLEMA A SER RESOLVIDO:	
A implantação do objeto irá possibilitar a melhoria da infraestrutura esportiva e com isso ampliar a oportunidade da prática de atividades esportivas e de lazer aos jovens, crianças, adultos, idosos e de pessoas com deficiência, bem como da população em geral do <u>nosso município</u> .	
RESULTADOS ESPERADOS:	
Com a implantação do objeto esperamos ampliar a prática esportiva educacional e de lazer em nosso município e com isso contribuir para o bem-estar e melhoria na qualidade de vida e saúde da nossa população.	
1 - DADOS DO CONCEDENTE	
CONCEDENTE:	NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG:
51000	MINISTERIO DO ESPORTE
CPF DO RESPONSÁVEL:	NOME DO RESPONSÁVEL:
039.507.883-01	ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:	CEP DO RESPONSÁVEL:
Acesso	72000-000

IMAGEM 02: Proposta / Novo Pac

2.6 - A necessidade identificada materializa-se na implantação de um espaço público estruturado e multifuncional, com área total de aproximadamente 3.000,00 m², destinado à prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer, com capacidade de atender de forma adequada e contínua a população local.

2.7 - O ambiente deverá ser concebido de forma integrada, contemplando diferentes modalidades e usos, de modo a atender públicos de distintas faixas etárias. Nesse sentido, prevê-se a disponibilização de áreas específicas para práticas esportivas coletivas, atividades recreativas infantis e espaços voltados ao convívio social e à promoção da saúde.

2.8 - A estrutura proposta deverá incluir campo de futebol com grama sintética, meia quadra de basquete, parquinho infantil, áreas ajardinadas e pista de caminhada (Tipo A), possibilitando a diversificação das atividades ofertadas e ampliando o acesso da comunidade a equipamentos públicos de qualidade.

2.9 - Além disso, a configuração do espaço deverá priorizar aspectos de acessibilidade, segurança e funcionalidade, garantindo condições adequadas de uso, conforto e permanência dos usuários, bem como incentivando a ocupação regular do espaço público.

2.10 - Dessa forma, a implementação desse equipamento público visa atender de maneira efetiva às demandas identificadas, contribuindo para a promoção do bem-estar social, fortalecimento das políticas públicas de esporte e lazer e melhoria da qualidade de vida da população.

E-mail: secesportiva@gmail.com

Rua: Avenida Antônio Frota, Nº 118, Centro Tarauacá – Acre / Cep: 69970-000

2.11 - A contratação destina-se a execução dos serviços, com elementos que foram definidos em projeto básico que previram todos os serviços preliminares e demais serviços. Após levantamentos verificou-se que os serviços a serem contratados serão pautados nos seguintes itens:

RESUMO DO ORÇAMENTO	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO
I	CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA
1	FUNDAÇÃO
2	PAVIMENTAÇÃO
3	ESTRUTURA
4	ALVENARIA E FECHAMENTO
5	REVESTIMENTO
6	PINTURA
7	EQUIPAMENTOS

II	MEIA QUADRA DE BASQUETE
8	FUNDAÇÃO
9	PAVIMENTAÇÃO
10	EQUIPAMENTOS
III	PARQUINHO INFANTIL
11	FUNDAÇÃO
12	PAVIMENTAÇÃO
13	EQUIPAMENTOS
IV	PISTA DE CAMINHADA
14	PAVIMENTAÇÃO
15	PINTURA
16	PAVIMENTAÇÃO
V	IMPLANTAÇÃO GERAL
17	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO
18	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
19	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS
20	DRENAGEM
21	SERVIÇOS COMPLEMENTARES

IMAGEM 03: Resumo do orçamento / Planilhas do Projeto

2.12 - Os serviços acima descritos abrangem todas as etapas necessárias para a completa execução da obra, garantindo a funcionalidade, segurança e durabilidade, conforme previsto no termo de compromisso e nos projetos técnicos.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL- (ART. 18, § 1º, II DA LEI 14.133/2021).

3.1 – A presente contratação não consta originalmente no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício vigente, tendo em vista tratar-se de demanda superveniente decorrente da aprovação da Proposta nº 986844/2025 – Transferegov, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

3.2 - Ressalta-se, entretanto, que a necessidade da contratação se encontra alinhada às diretrizes institucionais e às políticas públicas voltadas à promoção do esporte, lazer e

inclusão social, estando em consonância com o planejamento estratégico da Administração Pública.

3.3 - Dessa forma, a inclusão da presente demanda no Plano de Contratações Anual será realizada por meio de sua devida atualização, conforme previsto na legislação, de modo a assegurar a compatibilidade do planejamento das contratações com a execução orçamentária e com os compromissos assumidos junto ao Governo Federal.

3.4 - Assim, ainda que não prevista inicialmente, a contratação mostra-se plenamente justificada e passível de inclusão no PCA, atendendo ao interesse público e às disposições da Lei nº 14.133/2021.

3.5 - A contratação está diretamente vinculada ao Termo de Compromisso nº 986844/2025, celebrado com o Ministério do Esporte, o que evidencia sua natureza prioritária e a necessidade de sua execução dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de perda de recursos públicos e prejuízo ao interesse coletivo.

3.6 - Dessa forma, resta demonstrado que a contratação está devidamente planejada no âmbito da Administração Municipal, ainda que o Plano de Contratações Anual esteja em fase de consolidação, não havendo óbice para o prosseguimento dos atos preparatórios, considerando a urgência e relevância do objeto a ser contratado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, III DA LEI 14.133/2021).

4.1 - A contratação deverá observar os requisitos técnicos, legais, operacionais e ambientais necessários à adequada execução do objeto, garantindo a qualidade, segurança, funcionalidade e durabilidade do empreendimento.

4.2 - 4.2 - Do ponto de vista técnico, exige-se que a empresa a ser contratada possua experiência comprovada na execução de obras, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto. Deverá, ainda, dispor de equipe técnica qualificada, incluindo profissional habilitado com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), que atuará como responsável técnico pela obra. A execução deverá obedecer rigorosamente às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como às especificações constantes no projeto básico e/ou executivo, contemplando todos os serviços previstos.

4.3 - No aspecto legal, a contratação deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como demais legislações correlatas, incluindo normas de segurança do trabalho, legislação ambiental e exigências dos órgãos de controle e fiscalização. A empresa contratada deverá estar regular quanto às suas obrigações fiscais, trabalhistas e

previdenciárias, além de apresentar a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à execução dos serviços.

4.4 - Quanto aos requisitos operacionais, a execução deverá ocorrer dentro dos prazos estabelecidos, conforme cronograma físico-financeiro, garantindo a adequada mobilização de equipe, equipamentos e insumos. Deverá ainda assegurar a organização do canteiro de obras, a gestão de resíduos e a mitigação de impactos durante a execução.

4.5 - No que se refere à acessibilidade e segurança, o empreendimento deverá atender às normas de acessibilidade vigentes, garantindo o uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como adotar medidas que assegurem a integridade física dos usuários.

4.6 - Adicionalmente, deverão ser observados critérios de sustentabilidade, com a adoção de práticas que minimizem impactos ambientais, promovam o uso racional de recursos naturais e assegurem a adequada destinação de resíduos.

4.7 - Por fim, a contratação deverá estar em conformidade com as condições e exigências estabelecidas na Proposta nº 986844/2025 – TransfereGov, assegurando o cumprimento das metas pactuadas e a correta aplicação dos recursos públicos.

4.8 - Para a presente contratação foi elaborado projeto básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

4.9 - A metodologia executiva a ser adotada, deve estar de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;

4.10 - O orçamento, e o prazo de execução da obra, detalha os marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;

4.11 - A empresa contratada deve atender os normativos:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e das legislações pertinentes aplicáveis para execução de todos os serviços na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	------------------------------

Página 9 de 70

- d) Lei Federal nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- f) RESOLUÇÃO CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- g) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional;
- h) Apresentação, por parte da contratada, de atestado de capacidade técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- i) Observância às diretrizes da Portaria Interministerial nº 424/2016, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU n.º 32, de 4 de junho de 2024;
- j) Execução de todos os serviços remanescentes conforme projeto executivo aprovado, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro;
- k) Não se aplica a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor nesta licitação, tendo em vista que não é uma contratação de obra e serviço de grande vulto, nos termos do art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.
- l) Dos serviços a serem executados, dos materiais e a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações do projeto, do memorial descritivo e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;
- m) Definição do orçamento e do prazo de execução da obra está estabelecido no orçamento através do cronograma físico e financeiro;
- n) Termo de Compromisso nº 986844/2025 (Ministério do Esporte) – requisitos e condicionantes previstos no instrumento, especialmente no que se refere à aplicação de recursos, prestação de contas e observância do plano de trabalho.
- o) Regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme legislação vigente.
- p) O prazo de execução da obra será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de início da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos legais, desde que devidamente justificado.
- q) Os serviços deverão ser executados em conformidade com os projetos de engenharia, especificações técnicas e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), garantindo qualidade, segurança, acessibilidade e durabilidade da obra.

4.12 - Requisitos Operacionais

E-mail: secesportiva@gmail.com

Rua: Avenida Antônio Frota, Nº 118, Centro Tarauacá – Acre / Cep: 69970-000

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	------------------------------

- ❖ Cumprimento do cronograma físico-financeiro estabelecido;
- ❖ Disponibilização de equipe técnica qualificada e equipamentos adequados;
- ❖ Organização e manutenção do canteiro de obras;
- ❖ Adoção de práticas que assegurem a continuidade e qualidade da execução.

4.13 - Requisitos de Qualidade

- ❖ Utilização de materiais de primeira qualidade, atendendo às especificações técnicas do projeto.
- ❖ Execução dos serviços com observância aos padrões de desempenho e durabilidade esperados para obras de construção.
- ❖ Controle tecnológico dos materiais e serviços, quando aplicável.

4.14 - Requisitos Ambientais e de Segurança

- Atendimento à legislação ambiental vigente, com adoção de medidas mitigadoras de impactos.
- Destinação adequada de resíduos gerados durante a obra.
- Cumprimento das normas de segurança do trabalho, garantindo a integridade dos trabalhadores e da população.

4.15 - Requisitos de Acessibilidade

- ❖ Atendimento às normas de acessibilidade, garantindo o uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- ❖ Adequação dos espaços conforme legislação vigente.

4.16 - Requisitos Legais e Administrativos

- ❖ Regularidade Fiscal e Trabalhista: A contratada deverá apresentar certidões negativas ou positivas com efeito de negativas relativas aos tributos federais, estaduais e municipais, bem como regularidade perante o FGTS e a Justiça do Trabalho.
- ❖ Garantia Contratual: Poderá ser exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em até 5% do valor do contrato, para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, bem como, a garantia da proposta e adicional (No caso em que a proposta apresente valor inferior a 85% do valor orçado pela Administração, em atendimento ao dispositivo § 5º do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, deve ser exigida garantia adicional de propostas em montante equivalente à diferença entre o preço proposto e o valor de referência da licitação, no ato da contratação.
- ❖ Segurança do Trabalho: A empresa deverá cumprir integralmente as normas de segurança e saúde do trabalho (NRs), garantindo condições adequadas aos trabalhadores durante a execução da obra.

- ❖ Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental: As atividades deverão ser conduzidas com atenção às diretrizes de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, minimizando impactos ambientais e promovendo a inclusão de mão de obra local, sempre que possível. A contratação observará os princípios da sustentabilidade, priorizando:
- ❖ Redução de desperdícios na construção civil;
- ❖ Uso eficiente de recursos e energia;
- ❖ Previsão de coleta e destinação adequada de resíduos;
- ❖ Estímulo à contratação de mão de obra local e inclusão produtiva.

4.17 - Requisitos de sustentabilidade

4.17.1 - Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

4.17.2 - Dessa forma, a observância dos requisitos de sustentabilidade contribuirá para a execução de uma obra eficiente, responsável e alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável, assegurando benefícios duradouros à população e ao meio ambiente.

4.18 – Subcontratação

4.18.1 – Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, a contratada poderá subcontratar partes do serviço, mediante justificativa técnica, vedada a subcontratação total do objeto.

4.18.2 - Será permitida a subcontratação parcial, sem prejuízo ao objeto da licitação, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da obra, conforme o artigo 122 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.18.3 – Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na

gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.18.4 – Qualquer subcontratação feita sem autorização escrita do contratante, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

4.18.5 – A critério do fiscal do contrato, a contratada exigirá de seus subcontratados documentos equivalentes a habilitação técnica da contratada solicitada na etapa de habilitação do processo licitatório originário desta contratação que servirão para avaliar a capacidade técnica da subcontratada, a qual será juntada aos autos do processo correspondente.

4.18.6 – Caso seja autorizada a subcontratação, o fiscal exigirá que a contratada apresente cópia da ART / RRT dos serviços a serem realizados pela empresa subcontratada, mantida a responsabilidade solidária da contratada.

4.19 – Vistoria

4.19.1 – A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, que deverá ser agendado diretamente com o setor competente.

4.19.2 - Poderá realizar vistoria no local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, horário de expediente, devendo o agendamento ser efetuado via e-mail: planejamentotarauaca@gmail.com ou com documento protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Tarauacá, situada na Rua Benjamin Constant, nº 1.200, Bairro Centro, Tarauacá/AC, CEP: 69.970.000.

4.19.3 – Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.19.4 - Recomendam-se aos Licitantes fazer um reconhecimento no local da obra antes da apresentação das propostas, a fim de tomar conhecimento da situação atual das instalações, da extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da obra, bem como cientificarem-se de todos os detalhes

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	------------------------------

construtivos necessários à sua perfeita execução. Os aspectos que as Licitantes julgarem duvidosos, dando margem à dupla interpretação, ou omissos nestas Especificações, deverão ser apresentados à Fiscalização através do e-mail acima e elucidados antes da Licitação da obra. Após esta fase, qualquer dúvida poderá ser interpretada apenas pela Fiscalização, não cabendo qualquer recurso ou reclamação, mesmo que isso venha a acarretar acréscimo de serviços não previstos no orçamento apresentado por ocasião da Licitação.

4.20 – Participação de Consórcio

4.20.1 - A formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Não é, contudo, o que ocorre no objeto em tela.

4.20.2 – Esta licitação não permitirá a formação de consórcios, uma medida considerada excepcional e que, conforme o art. 15, caput da Lei nº 14.133/2021, requer justificativa técnica. A decisão se baseia na discricionariedade da Administração Pública e na avaliação do objeto licitado, que não apresenta a escala ou a complexidade que justificariam a autuação conjunta de empresas. Como aponta Marçal Justen Filho, consórcios não são incentivados pelo direito brasileiro devido ao risco de práticas anticompetitivas e à redução da concorrência.

4.20.3 – A restrição visa garantir a qualidade dos serviços, considerando que o objeto da licitação, referente a serviços e obras de engenharia para a construção, não exige qualificação distintas que justifiquem a formação de consórcios. Embora a Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021 permita consórcios como regra geral, é comum que a Administração Pública os autorize apenas quando o porte ou a complexidade do objeto requeira tal associação, o que não é o caso. Dessa forma, a vedação busca preservar a isonomia entre os participantes e assegurar um processo licitatório mais justo e competitivo.

4.21 - Os requisitos legais e de sustentabilidade aqui descritos integram o conjunto de obrigações mínimas a serem observadas no planejamento e execução da obra, garantindo:

- aderência plena à Lei nº 14.133/2021,
- conformidade técnica com normas sanitárias e de engenharia,
- atendimento às exigências do Ministério do Esporte,
- execução sustentável, segura e eficiente, em benefício da população de Tarauacá.

4.22 - Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Projeto Básico e/ou edital. Os padrões mínimos de qualidade exigidos serão apresentados no edital, os quais servirão de parâmetro para seleção da proposta mais vantajosa, obedecendo o rol de documentos vinculados no art. 62 a 70 da lei de licitações e contratos nº 14.133/2021 e outros pertinentes definidos no edital.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, IV DA LEI 14.133/2021)

5.1 - A estimativa das quantidades para a contratação refere-se à implantação de 01 (uma) unidade de espaço esportivo comunitário, com área total aproximada de 3.000,00 m², conforme diretrizes estabelecidas na Proposta nº 986844/2025 – Transferegov.

5.2 - O empreendimento será composto pelos seguintes elementos:

- ❖ 01 (um) campo de futebol com grama sintética;
- ❖ 01 (uma) meia quadra de basquete;
- ❖ 01 (um) parquinho infantil;
- ❖ 01 (uma) pista de caminhada (Tipo A).

Tabela de Áreas	
Nome	Área
CAMPO SOCIETY	1.400 m²
GRAMADO	291,85 m²
PASSARELA PAVIMENTADA	40,06 m²
PISTA DE CAMINHADA	613,49 m²
QUADRA 3X3	221 m²
ÁREA PAVIMENTADA LATERAL CAMPO	50,01 m²
ÁREA PAVIMENTADA	179,99 m²
ÁREA PLAYGROUND	142,84 m²
Total geral	2.939,23 m²

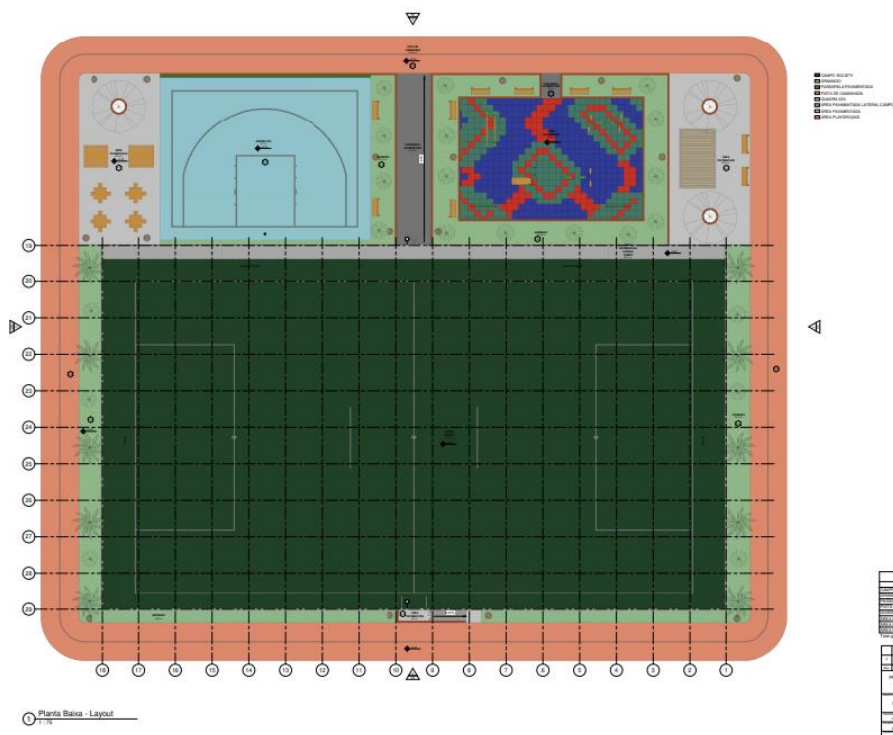


Imagem 04 – Projeto / Layout

5.3 - Ressalta-se que, por se tratar de objeto vinculado a convênio previamente aprovado, as quantidades dos serviços, materiais e insumos encontram-se devidamente estabelecidas nos projetos técnicos, memoriais descritivos e planilhas orçamentárias integrantes da proposta, os quais servirão como base para a instrução do processo licitatório.

5.4 - A memória de cálculo das quantidades encontra-se detalhada nas planilhas orçamentárias que integram o processo, tendo sido adotados parâmetros técnicos usuais de obras, com base em referências como SINAPI, CPU.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

E-mail: secesportiva@gmail.com

Rua: Avenida Antônio Frota, Nº 118, Centro Tarauacá – Acre / Cep: 69970-000

ITEM	FONTE	CÓDIGO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID	QTDE TOTAL
I			CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA		
1			FUNDAÇÃO		
1.1	SINAPI	97082	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA FUNDAÇÃO	M3	26,00
1.2	SINAPI	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA	M2	104,00
1.3	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	62,40
1.4	SINAPI	89470	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM)	M2	43,70
2			PAVIMENTAÇÃO		
2.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	1.450,00
2.2	CPU	C001	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1), ESPESSURA DE 10 CM	M3	140,00
2.3	CPU	C002	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.0), ESPESSURA DE 5 CM	M3	70,00
2.4	CPU	C003	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PÓ DE BRITA), ESPESSURA DE 5 CM	M3	70,00
2.5	CPU	C004	GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA PARA FUTEBOL EM POLIETILENO, COM ALTURA MINIMA DE 42 MM (FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO)	M2	1.400,00
2.6	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	50,01
2.7	CPU	C008	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM	M2	50,01
3			ESTRUTURA		

3.1	SINAPI	96542	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=17 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M2	79,30
3.2	SINAPI	96543	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	122,00
3.3	SINAPI	96545	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	276,00
3.4	SINAPI	96555	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA – LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017	M3	5,95
3.5	CPU	C007	ESTACA BROCA DE CONCRETO (0,20 X 0,20) M, ESCAVAÇÃO MANUAL, COM TUBO DE AÇO GALVANIZADO DE 2"	M	58,00
4			ALVENARIA E FECHAMENTO		
4.1	SINAPI	103325	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	M2	79,00
4.2	SINAPI	102363	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 12 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021	M2	438,45
5			REVESTIMENTO		
5.1	SINAPI	87878	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL.	M2	158,00

5.2	SINAPI	87530	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M2	158,00
6			PINTURA		
6.1	SINAPI	104642	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA STANDARD, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	158,00
6.2	SINAPI	100750	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO FOSCO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	876,90
7			EQUIPAMENTOS		
7.1	CPU	C005	CONJUNTO PARA FUTEBOL DE CAMPO COM PAR DE TRAVES OFICIAIS DE 5,00 X 2,20 M EM TUBO DE ACO GALVANIZADO 4", PINTURA EM PRIMER COM TINTA ESMALTE SINTETICO E REDES DE POLIETILENO FIO 3 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00
II			MEIA QUADRA DE BASQUETE		
8			FUNDAÇÃO		
8.1	SINAPI	97082	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA FUNDAÇÃO	M3	10,50
8.2	SINAPI	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA	M2	30,00
8.3	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	18,00
8.4	SINAPI	89470	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM)	M2	24,00
9			PAVIMENTAÇÃO		

9.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	221,00
9.2	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERES, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	221,00
9.3	SINAPI	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	221,00
9.4	COT	COT-010	PISO MODULAR EM POLIPROPILENO DE ALTO IMPACTO E RESISTÊNCIA, PROTEÇÃO UV, INCLUINDO DEMARCAÇÃO DA QUADRA COM TINTA À BASE DE PU - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00
10			EQUIPAMENTOS		
10.1	CPU	C006	TABELA DE BASQUETE DE COMPENSADO NAVAL, COM AROS, REDES E ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	1,00
III			PARQUINHO INFANTIL		
11			FUNDAÇÃO		
11.1	SINAPI	97082	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA FUNDAÇÃO	M3	8,75
11.2	SINAPI	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA	M2	25,00
11.3	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERES, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	15,00
11.4	SINAPI	89470	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM)	M2	20,00
12			PAVIMENTAÇÃO		

12.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	142,84
12.2	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	142,84
12.3	SINAPI	87702	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 6CM. AF_07/2021	M2	142,84
12.4	SINAPI	101735	PISO DE BORRACHA ESPORTIVO, ESPESSURA 15MM, ASSENTADO COM ARGAMASSA. AF_09/2020	M2	142,84
13			EQUIPAMENTOS		
13.1	COT	COT-001	PAREDE ESCALADA (2,00 X 1,80)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M111 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UND	2,00
13.2	COT	COT-002	GANGORRA DUPLA (3,00 X 2,50)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M128 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	1,00
13.3	COT	COT-003	BRINQUEDO (4,00 X 5,00)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, CONTENDO 1 CASINHA, 1 RAMPA DE ACESSO, 1 ESCORREGADOR, 1 ESCADA DE MARINHEIRO E 2 BALANÇOS, REF. MODELO M220 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR	UN	1,00
13.4	COT	COT-006	BALANÇO DUPLO (1,50 X 3,00)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M117 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	1,00
13.5	COT	COT-004	BANCO FIXO (0,70 X 1,50)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO	UN	6,00

			EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M312 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM		
13.6	COT	COT-005	CESTO DE LIXO (0,60 X 0,60)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M313 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	1,00
IV			PISTA DE CAMINHADA		
14			PAVIMENTAÇÃO		
14.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	613,52
14.2	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	613,52
14.3	SINAPI	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	613,52
15			PINTURA		
15.1	SINAPI	102494	PINTURA DE PISO COM TINTA EPÓXI, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO PRIMER EPÓXI. AF_05/2021	M2	613,52
15.2	SINAPI	102506	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE FAIXA COM TINTA EPÓXI, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL	M	204,72
V			IMPLANTAÇÃO GERAL		
16			PAVIMENTAÇÃO		
16.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	214,22
16.2	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	214,22

16.3	CPU	C008	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM	M2	214,22
16.4	SINAPI	94279	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 39X6,5X6,5X19 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA DELIMITAÇÃO DE JARDINS, PRAÇAS OU PASSEIOS. AF_05/2016	M	167,30
16.5	SINAPI	103946	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_05/2022	M2	291,85
17			URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO		
17.1	COT	COT-004	BANCO FIXO (0,70 X 1,50)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M312 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	4,00
17.2	COT	COT-005	CESTO DE LIXO (0,60 X 0,60)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M313 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	16,00
17.3	COT	COT-007	MESA PARA JOGOS (1,00 X 1,00)M COM 4 BANCOS (0,30 X 0,30)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M314 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	4,00
17.4	COT	COT-008	CONJUNTO MESA (1,00 X 2,00)M E 2 BANCOS (0,30 X 2,00)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M315 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	2,00
17.5	SINAPI	103315	INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE SOLO. AF_11/2021	M2	11,75

17.6	SINAPI	98509	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_05/2018	UND	40,00
17.7	SINAPI	98510	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_05/2018	UND	20,00
17.8	SINAPI	98511	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF_05/2018	UND	3,00
18			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		
18.1	CPU	C011	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	6,00
18.2	CPU	C012	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 50 (1 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	70,00
18.3	CPU	C013	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	180,00
18.4	CPU	C014	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	120,00
18.5	CPU	C015	CURVA LONGA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	14,00
18.6	CPU	C016	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	165,00
18.7	CPU	C017	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	700,00
18.8	CPU	C018	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	340,00
18.9	CPU	C019	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	870,00

18.10	CPU	C020	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	20,00
18.11	CPU	C021	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO C, PARA ELETRODUTO DE PVC DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	5,00
18.12	CPU	C022	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO E, PARA ELETRODUTO DE PVC DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	8,00
18.13	CPU	C023	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO T, PARA ELETRODUTO DE PVC DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2,00
18.14	CPU	C024	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 16 MM ² E DISJUNTOR DIN 70A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO)	UND	1,00
18.15	CPU	C025	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 18 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00
18.16	CPU	C026	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	4,00
18.17	CPU	C027	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00
18.18	CPU	C028	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00
18.19	CPU	C029	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTO 45 KA, 175 V, TIPO AC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	4,00
18.20	CPU	C030	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM ² , NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	15,00
18.21	CPU	C031	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 3/4", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	5,00

18.22	SINAPI	98111	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO, CIRCULAR, EM POLIETILENO, DIÂMETRO INTERNO = 0,3 M. AF_12/2020	UND	5,00
18.23	CPU	C032	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1800 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	8,00
18.24	CPU	C033	REFLETOR EM ALUMÍNIO, DE SUPORTE E ALÇA, COM LÂMPADA EM LED 100W DE POTÊNCIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	13,00
18.25	SINAPI	97886	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M. AF_12/2020	UND	17,00
18.26	CPU	C034	POSTE EM CONCRETO ARMADO SEÇÃO CIRCULAR 200/10, TIPO C-14 COM 3 REFLETORES EM LED 200W FIXADOS EM CRUZETA DE CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	6,00
18.27	CPU	C035	POSTE EM CONCRETO ARMADO SEÇÃO CIRCULAR 200/10, TIPO C-14 COM 6 REFLETORES EM LED 200W FIXADOS EM CRUZETA DE CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2,00
19			INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS		
19.1	SINAPI	89356	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	30,00
19.2	SINAPI	89357	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	30,00
19.3	SINAPI	89362	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	3,00
19.4	SINAPI	89366	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 3/4 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	3,00
19.5	SINAPI	89364	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00
19.6	SINAPI	89400	TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00
19.7	SINAPI	89380	LUVA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2,00
19.8	SINAPI	86913	TORNEIRA CROMADA 1/2 OU 3/4 PARA JARDIM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	3,00

20			DRENAGEM		
20.1	SINAPI	89512	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	48,00
20.2	SINAPI	102711	JUNÇÃO DUPLA DE PVC, SÉRIE NORMAL, DN 100 X 100 X 100 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	8,00
20.3	CPU	C009	CAIXA ENTERRADA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, TAMPA EM CONCRETO COM GRELHA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,6X0,5 M PARA REDE DE DRENAGEM	UND	2,00
20.4	CPU	C010	DRENO ESPINHA DE PEIXE (SEÇÃO 0,40 X 0,20 M), COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFURADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL, INCLUSIVE CONEXÕES	M	360,00
21			SERVIÇOS COMPLEMENTARES		
21.1	SINAPI	100984	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3)	M3	450,00
21.2	SINAPI	95877	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM)	M3XKM	4.500,00

Imagem 04 – Os quantitativos dos serviços correlacionado ao Objeto a ser pleiteado foram obtidos através dos Projetos


5.5 - A estimativa das quantidades necessárias para a perfeita execução da obra foi elaborada com base em levantamento in loco, projetos atualizados e memoriais descritivos emitidos pelo projeto, considerando os serviços ainda não executados.

5.5.1 - “Os projetos arquitetônicos e complementares utilizados são oriundos do convênio, permanecendo válidos como projetos de referência. Contudo, a execução dos serviços remanescentes exigirá o registro de nova ART/RRT, vinculada ao contrato decorrente deste processo, em observância à legislação profissional e às normas do Convênio.”

5.6 - Dessa maneira, os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro a execução do objeto contratual, conforme planilha orçamentária e suas respectivas memórias de cálculo, em anexo.

5.7 - Levou-se em conta as diretrizes e especificações das necessidades serviço, bem como as melhores práticas da engenharia civil. Dessa forma, buscou-se garantir que todas as etapas da obra sejam planejadas de maneira eficiente e que os recursos necessários estejam devidamente dimensionados para atender às exigências da obra.

5.8 - No caso, a documentação relativa à qualificação técnico profissional e técnico operacional está restrita ao rol previsto no art. 67, da Lei nº 14.133/2021. Os serviços requeridos em atendimento ao Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, é a relevância técnica do objeto do certame. Segue anexo ao ETP a definição do Acervo técnico a ser requerido na licitação.


 ESTADO DO ACRE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
DEFINIÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

INFORMAÇÕES BÁSICAS


- Número do Convênio/Contrato de Repasse/Termo de Compromisso: 986844/2025
- Nome do Projeto: Construção de Espaço Esportivo Comunitário no Município de Tarauacá
- Localização da Obra: Avenida Tancredo Neves, SN, Avelino Leal, Tarauacá, Acre.
- Requisitante: Prefeitura de Tarauacá

OBJETIVO: Definição de capacidade técnica para comprovação de que a licitante, como unidade econômica agrupadora de bens e pessoas, já executora, de modo satisfatório, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

DA CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

Tomado por base a Planilha Orçamentária para a contratação do objeto em epígrafe, faz-se necessário que os licitantes comprovem através de atestados de capacidades técnicas as quantidades abaixo relacionadas:

Item	Descrição	Quantidade
13.4	DRENO ESPINHA DE PEIXE (SEÇÃO 0,40 X 0,30 M) COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFORADO DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL, INCLUSIVE CONEXÕES	72,43 m²
14.3	EXECUÇÃO DE PASSARELO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESURA 8 CM ARMADO	306,76 m²
20.4	DRENO ESPINHA DE PEIXE (SEÇÃO 0,40 X 0,30 M) COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFORADO DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL, INCLUSIVE CONEXÕES	180,00 m


 ESTADO DO ACRE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
DA CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

Comprovação da empresa, que possua em seu corpo técnico, profissionais de nível superior com formação, conforme indicação a seguir, detentor de atestado (s), averbados pelo CREA/CAU, em nome do próprio Responsável Técnico, que comprove (m) ter o(s) profissional (is):

Item	Descrição
1.0	Engenheiro Civil ou Arquiteto
2.0	Técnico ou Engenheiro de Segurança do Trabalho

ENCERRAMENTO:

1.5. Finalizo ainda considerando aprovada a planilha orçamentária e projetos para a contratação de empresa especializada a Construção de Construção de Espaço Esportivo Comunitário no Município de Tarauacá/AC, objeto do Convênio SICONV nº 986844/2025, celebrado entre o Município do Esporte e a Prefeitura de Tarauacá.

Sem mais,

Tarauacá, Acre, 30 de março de 2026.



 PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
 Secretaria de Planejamento
 Ana Caroline Forcel Ribeiro Maia
 Engenheira Civil - CREA: 21466-D/AC

Imagem 05 - Documento da Definição do Acervo Técnico – Anexo

5.9 - Ressalta-se que as quantidades estimadas são suficientes para a execução integral do objeto, podendo sofrer ajustes pontuais durante a execução, desde que devidamente justificados e dentro dos limites legais.

5.10 - Dessa forma, a estimativa apresentada assegura a adequada previsão dos insumos e serviços necessários, garantindo a viabilidade técnica e econômica da contratação.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (ART. 18, § 1º, V DA LEI 14.133/2021)

6.1 - Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado o levantamento de mercado com o objetivo de identificar possíveis soluções capazes de atender à necessidade administrativa de implantação de infraestrutura esportiva comunitária.

6.2 - Foram consideradas, em tese, as seguintes alternativas:

I – Não realizar a contratação: alternativa descartada, pois manteria a deficiência de infraestrutura esportiva;

II – Reforma de espaços existentes: inviável, considerando a inexistência de estrutura adequada no local;

III – Implantação de espaço esportivo com estrutura simplificada: não atende plenamente às demandas sociais e de acessibilidade;

IV – Execução de modelo diverso do aprovado no termo de compromisso: alternativa afastada, considerando que o objeto se encontra previamente definido e aprovado junto ao órgão concedente, com projeto padronizado e parâmetros técnicos específicos, cuja alteração demandaria nova análise e aprovação, podendo comprometer a execução do ajuste firmado.

6.3 - Dessa forma, considerando que a presente contratação decorre de **Termo de Compromisso já celebrado**, com solução técnica previamente aprovada pelo órgão concedente, conclui-se que a alternativa mais adequada e juridicamente viável consiste na execução integral do objeto conforme projeto e especificações previamente estabelecidos, não sendo admissível a adoção de soluções distintas.

6.4 - Embora haja limitação quanto à escolha da solução, o levantamento de mercado cumpre sua finalidade ao demonstrar que a alternativa definida é compatível com as práticas usuais de mercado e atende plenamente à necessidade administrativa, observando os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

6.4.1 – Ainda assim, o levantamento de mercado foi realizado através de dois métodos, quais sejam:

- ❖ Pesquisa de processos licitatórios com necessidades administrativas semelhantes e objetos da mesma natureza, tendo em vista a busca pela padronização das contratações públicas e visualizando os a efetivação dos Princípios da Economicidade, Eficiência e Desenvolvimento Nacional Sustentável e;

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACÁ UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	<p align="center">ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER</p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	---

Página 29 de 70

- ❖ Pesquisa de mercado, analisando todas as possíveis soluções para atender à necessidade administrativa.

6.4.2. Método 1 (pesquisa de processos licitatórios com necessidades administrativas semelhantes):

Foi realizado um levantamento de processos licitatórios realizados pela administração pública, com a finalidade de evidenciar qual foi a solução adotada por outros órgãos e entidades públicas para solucionar as necessidades administrativas semelhantes à necessidade desta municipalidade.

Órgão, Entidade Contratante	Forma de Contratação	Objeto da Contratação
MUNICIPIO DE LAGOA DA PRATA	Concorrência - Eletrônica	Contratação de Empresa Especializada para construção de Centro Esportivo (Campo de Futebol com grama sintética, meia quadra de basquete, parquinho infantil e pista de caminhada tipo B), situada à Rua Maranhão, no Bairro Marília, conforme Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Memorial Descritivo e Projeto Básico.

<https://pncp.gov.br/app/editais/18318618000160/2026/90>

Órgão, Entidade Contratante	Forma de Contratação	Objeto da Contratação
MUNICIPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE	Concorrência - Eletrônica	Contratação De Empresa Especializada Para A Execução De Obra De Construção De Centro Esportivo (Termo De Compromisso Ogu Nº 986617/2025 - Operação 1106784-46 - Programa Esporte Para A Vida), Compreendendo A Implantação De Campo De Futebol Com Grama Sintética, Meia Quadra De Basquete, Parquinho Infantil E

E-mail: secesportiva@gmail.com

Rua: Avenida Antônio Frota, Nº 118, Centro Tarauacá – Acre / Cep: 69970-000

		Pista De Caminhada (Tipo B), Destinado Ao Atendimento Das Necessidades Esportivas, Recreativas E De Lazer Da Comunidade Da Viçosinha, No Município De Venda Nova Do Imigrante Es
--	--	--

<https://pncp.gov.br/app/editais/31723497000108/2026/18>

Órgão, Entidade Contratante	Forma de Contratação	Objeto da Contratação
MUNICIPIO DE ESTREITO / MA	Concorrência - Eletrônica	Contratação De Empresa Na Area De Construção Civil Para Construção De Centro Esportivo Contendo Campo De Futebol Com Grama Sintética, Meia Quadra De Basquete, Parquinho Infantil E Pista De Caminhada (Tipo B) Na Cidade De Estreito/MA, Conforme Termo De Compromisso Nº 986860/2025 Ministério Dos Esportes.

<https://pncp.gov.br/app/editais/07070873000110/2026/31>

6.4.2.1. Verifica-se que a solução de contratação de empresa para os serviços requeridos neste ETP, é comum em outros órgãos públicos conforme referência a obras similares no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

6.4.3. Método 2 (possíveis alternativas apresentadas):

6.4.3.1. Solução 1: Contratação de empresa através de processo licitatório.

Com base nas informações acima coletadas, fica claro que a contratação de uma empresa com experiência anterior em serviços de construção mostra-se eficaz tecnicamente e fundamentalmente necessária.

- ❖ Expertise técnica anterior: empresas têm experiência e conhecimento técnico para realizar serviços desta natureza.
- ❖ Cumprimento de prazos: as empresas geralmente têm processos estabelecidos para cumprir prazos de entrega.

- ❖ Conformidade legal: as empresas geralmente estão familiarizadas com as regulamentações e normas específicas para construções em geral, garantindo conformidade com as leis locais e nacionais.
- ❖ Garantia de qualidade: empresas oferecem garantias de qualidade para o trabalho realizado conforme disposto em lei, garantido tranquilidade para a administração pública.
- ❖ Foco na eficiência: empresas tendem a adotar práticas e tecnologias mais avançadas para aumentar a produtividade das obras, resultando flexibilidade e em economia de tempo e recursos.

6.4.3.2. Solução 2: Execução direta dos serviços por esta Municipalidade.

Esta solução requer que o Município monte uma estrutura organizacional para a execução dos serviços necessários, além de mão de obra técnica com expertise para execução dos serviços, o que não é comum ter no corpo efetivo desta Municipalidade.

6.5. Solução adotada:

6.5.1 - Dentre as soluções apresentadas, a alternativa que apresentou ser mais vantajosa e eficiente é a **contratação de empresa para os serviços de Construção Do Espaço Esportivo Comunitário**. A implantação do objeto irá possibilitar a melhoria da infraestrutura esportiva e com isso ampliar a oportunidade da prática de atividades esportivas e de lazer aos jovens, crianças, adultos, idosos e de pessoas com deficiência, bem como da população em geral do nosso município. Público alvo: Crianças, adolescentes, adultos, pessoas com deficiência, terceira idade, escolas do município.

6.5.2 - Ressalta-se que a solução adotada se encontra previamente definida no âmbito do Termo de Compromisso firmado, com projeto técnico aprovado pelo órgão concedente, não sendo admissível a adoção de solução diversa.

6.5.3 - Adicionalmente, embora não tenham sido realizadas cotações diretas com fornecedores, o objeto é padronizado e amplamente executado em âmbito nacional, sendo sua compatibilidade com o mercado validada por meio de referenciais oficiais (SINAPI) e pela aprovação do projeto pelo órgão concedente.

6.6 - Vale ressaltar que se trata de serviço de engenharia, a ser contratado mediante licitação, na modalidade de concorrência, em sua forma eletrônica.

6.6.1 - A escolha da modalidade “Concorrência” se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do

certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021. A Concorrência caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art. 28, inciso II, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia. Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital. A nova lei de licitações em seu art. 29, determina que a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum, ou seja, possuem as fases: preparatória, de divulgação de edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação. Para a escolha da modalidade apropriada, na fase de planejamento, deve-se considerar a aplicação do pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, sendo que não se aplicará o pregão às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, desde que estes não se qualifiquem como comuns. Neste sentido é o entendimento do TCU, conforme se verifica do Informativo de Licitação e Contratos n. 227/2015, no qual a Corte entendeu que a modalidade pregão não é aplicável à contratação de reforma predial de engenharia e arquitetura, locações imobiliárias e alienações, sendo permitida a sua adoção nas contratações de serviços comuns de engenharia. Obra de engenharia é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme disposto na Lei Federal n.5.194/66. A modalidade adequada para o processamento da Concorrência é por meio da concorrência na sua forma eletrônica, uma vez que o art.17, §2º da Lei n.14.133/2021 dispõe que as licitações serão realizadas, preferencialmente, sob a forma eletrônica. A Concorrência, portanto, assegura a ampla competitividade, a isonomia entre os licitantes e a observância dos princípios da eficiência e economicidade, além de atender ao interesse público.

6.7 - Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos da Lei nº 14.133/21, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas na lei que vedam sua aplicação.

6.8 - Sabe-se que as modalidades de licitação identificadas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são classificadas em razão da natureza do objeto a ser licitado pela administração. Enquadrando-se o objeto como Obra e Serviços Comuns de Engenharia, devendo, portanto, ser aplicada a modalidade Concorrência Eletrônica.

6.9 - Devendo ser realizado levantamento de mercado através de Tabelas Oficiais na Elaboração do Projeto Básico, de acordo com as normas do CREA e CONFEA, levantamento em conta as soluções aplicadas no âmbito público regional.

6.10 - Entre os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 encontra-se o do planejamento. O mesmo Diploma Legal prevê que a primeira etapa do planejamento é o estudo técnico preliminar – ETP. Com isso, cabe a esse estudo orientar a futura contratação

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, VI DA LEI 14.133/2021).

7.1 - A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base nas planilhas orçamentárias integrantes do projeto de engenharia aprovado no âmbito do Termo de Compromisso firmado, observando-se os parâmetros técnicos definidos pelo órgão concedente.

7.2 - Para a composição dos custos, foram adotadas como referência principal as tabelas oficiais do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), acrescidas, quando necessário, de composições de custos unitários próprias (CPU), devidamente justificadas, em conformidade com as boas práticas da engenharia de custos. Ressalta-se que, embora não tenham sido realizadas cotações diretas, o objeto é padronizado e amplamente executado no território nacional, com base em referenciais oficiais, sendo a compatibilidade com o mercado já validada pelo órgão concedente no momento da aprovação do projeto.

7.3 - A metodologia utilizada contemplou:

- ❖ levantamento detalhado dos quantitativos a partir dos projetos técnicos;
- ❖ aplicação de custos unitários atualizados, compatíveis com o mercado;
- ❖ inclusão de encargos sociais e trabalhistas;
- ❖ definição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), compatível com a natureza da obra;
- ❖ consideração de eventuais custos logísticos, em razão das especificidades geográficas do município.

7.4 - Registra-se que, em razão de o objeto estar vinculado a instrumento formal previamente aprovado, a estimativa de custos já passou por análise técnica do órgão concedente, conferindo maior segurança quanto à sua adequação e compatibilidade com os preços praticados no mercado, ficando a impossibilidade de comparação por se tratar de projeto padronizado aprovado.

7.5 - O valor estimado para a execução do objeto é de **1.530.224,30 (Um milhão, quinhentos e trinta mil, duzentos e vinte e quatro reais e trinta centavos)**, conforme detalhamento constante na planilha orçamentária anexa a este Estudo Técnico Preliminar. Sendo R\$

1.462.500,00 (Um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais) com recursos do termo de compromisso, oriundo do Ministério do Esporte e R\$ 67.724,30 (Sessenta e sete mil, setecentos e vinte e quatro reais e trinta centavos) de contrapartida do Município.

Descrição	Unidade/Serviço	Referência	Valor Total
CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA, MEIA QUADRA DE BASQUETE, PARQUINHO INFANTIL E PISTA DE CAMINHADA (TIPO A).	Construção	REF. 01: SINAPI – 12/2025	R\$ 1.530.224,30

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	FONTE	CÓDIGO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID	QTDE TOTAL	CUSTO UNIT. R\$	CUSTO UNIT C/ BDI R\$	TOTAL C/ BDI
I			CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA					
1			FUNDAÇÃO				340,90	14.784,66
1.1	SINAPI	97082	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA FUNDAÇÃO	M3	26,00	70,74	88,45	2.299,70
1.2	SINAPI	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA	M2	104,00	0,80	1,00	104,00

1.3	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	62,40	59,56	74,47	4.646,93
1.4	SINAPI	89470	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM)	M2	43,70	141,55	176,98	7.734,03
2			PAVIMENTAÇÃO				2.190,89	475.382,13
2.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	1.450,00	3,01	3,76	5.452,00
2.2	CPU	C001	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1), ESPESSURA DE 10 CM	M3	140,00	434,90	543,76	76.126,40
2.3	CPU	C002	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.0), ESPESSURA DE 5 CM	M3	70,00	502,88	628,75	44.012,50
2.4	CPU	C003	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PÓ DE BRITA), ESPESSURA DE 5 CM	M3	70,00	502,88	628,75	44.012,50
2.5	CPU	C004	GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA PARA FUTEBOL EM POLIETILENO, COM ALTURA MINIMA DE 42 MM (FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO)	M2	1.400,00	169,73	212,21	297.094,00
2.6	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	50,01	59,56	74,47	3.724,24

2.7	CPU	C008	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM	M2	50,01	79,33	99,19	4.960,49
3			ESTRUTURA				1.989,49	45.217,62
3.1	SINAPI	96542	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=17 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M2	79,30	108,34	135,46	10.741,98
3.2	SINAPI	96543	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	122,00	23,47	29,34	3.579,48
3.3	SINAPI	96545	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	276,00	19,24	24,06	6.640,56
3.4	SINAPI	96555	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA – LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017	M3	5,95	1.232,07	1.540,46	9.165,74
3.5	CPU	C007	ESTACA BROCA DE CONCRETO (0,20 X 0,20) M, ESCAVAÇÃO MANUAL, COM TUBO DE AÇO GALVANIZADO DE 2"	M	58,00	208,09	260,17	15.089,86

4			ALVENARIA E FECHAMENTO				328,00	99.246,99
4.1	SINAPI	103325	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	M2	79,00	99,16	123,98	9.794,42
4.2	SINAPI	102363	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIAMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 12 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021	M2	438,45	163,18	204,02	89.452,57
5			REVESTIMENTO				75,93	11.996,94
5.1	SINAPI	87878	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL.	M2	158,00	6,46	8,08	1.276,64
5.2	SINAPI	87530	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M2	158,00	54,27	67,85	10.720,30

6			PINTURA				49,65	32.308,87
6.1	SINAPI	104642	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA STANDARD, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	158,00	12,49	15,62	2.467,96
6.2	SINAPI	100750	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO FOSCO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	876,90	27,22	34,03	29.840,91
7			EQUIPAMENTOS				5.724,01	5.724,01
7.1	CPU	C005	CONJUNTO PARA FUTEBOL DE CAMPO COM PAR DE TRAVES OFICIAIS DE 5,00 X 2,20 M EM TUBO DE ACO GALVANIZADO 4", PINTURA EM PRIMER COM TINTA ESMALTE SINTETICO E REDES DE POLIETILENO FIO 3 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00	4.578,11	5.724,01	5.724,01
II			MEIA QUADRA DE BASQUETE					
8			FUNDAÇÃO				340,90	6.546,71
8.1	SINAPI	97082	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA FUNDAÇÃO	M3	10,50	70,74	88,45	928,73

8.2	SINAPI	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA	M2	30,00	0,80	1,00	30,00
8.3	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	18,00	59,56	74,47	1.340,46
8.4	SINAPI	89470	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM)	M2	24,00	141,55	176,98	4.247,52
9			PAVIMENTAÇÃO				118.147,87	170.780,67
9.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	221,00	3,01	3,76	830,96
9.2	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	221,00	59,56	74,47	16.457,87
9.3	SINAPI	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	221,00	128,78	161,01	35.583,21
9.4	COT	COT-010	PISO MODULAR EM POLIPROPILENO DE ALTO IMPACTO E RESISTÊNCIA, PROTEÇÃO UV, INCLUINDO DEMARCAÇÃO DA	UN	1,00	99.008,00	117.908,63	117.908,63

			QUADRA COM TINTA À BASE DE PU - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO					
10			EQUIPAMENTOS				5.408,15	5.408,15
10.1	CPU	C006	TABELA DE BASQUETE DE COMPENSADO NAVAL, COM AROS, REDES E ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	1,00	4.325,49	5.408,15	5.408,15
III			PARQUINHO INFANTIL					
11			FUNDAÇÃO				340,90	5.455,59
11.1	SINAPI	97082	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA FUNDAÇÃO	M3	8,75	70,74	88,45	773,94
11.2	SINAPI	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA	M2	25,00	0,80	1,00	25,00
11.3	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	15,00	59,56	74,47	1.117,05
11.4	SINAPI	89470	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM)	M2	20,00	141,55	176,98	3.539,60

12			PAVIMENTAÇÃO				756,81	108.102,74
12.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	142,84	3,01	3,76	537,08
12.2	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	142,84	59,56	74,47	10.637,29
12.3	SINAPI	87702	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 6CM. AF_07/2021	M2	142,84	85,99	107,51	15.356,73
12.4	SINAPI	101735	PISO DE BORRACHA ESPORTIVO, ESPESSURA 15MM, ASSENTADO COM ARGAMASSA. AF_09/2020	M2	142,84	456,75	571,07	81.571,64
13			EQUIPAMENTOS				38.682,03	51.150,86
13.1	COT	COT-001	PAREDE ESCALADA (2,00 X 1,80)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M111 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UND	2,00	6.334,50	7.920,03	15.840,06

13.2	COT	COT-002	GANGORRA DUPLA (3,00 X 2,50)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M128 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	1,00	5.261,26	6.265,63	6.265,63
13.3	COT	COT-003	BRINQUEDO (4,00 X 5,00)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, CONTENDO 1 CASINHA, 1 RAMPA DE ACESSO, 1 ESCORREGADOR, 1 ESCADA DE MARINHEIRO E 2 BALANÇOS, REF. MODELO M220 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR	UN	1,00	16.176,80	19.264,95	19.264,95
13.4	COT	COT-006	BALANÇO DUPLO (1,50 X 3,00)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M117 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	1,00	2.529,34	3.012,19	3.012,19
13.5	COT	COT-004	BANCO FIXO (0,70 X 1,50)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M312 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	6,00	763,93	909,76	5.458,56
13.6	COT	COT-005	CESTO DE LIXO (0,60 X 0,60)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M313 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	1,00	1.099,56	1.309,47	1.309,47

IV			PISTA DE CAMINHADA					
14			PAVIMENTAÇÃO				239,24	146.778,53
14.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	613,52	3,01	3,76	2.306,84
14.2	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERES, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	613,52	59,56	74,47	45.688,83
14.3	SINAPI	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	613,52	128,78	161,01	98.782,86
15			PINTURA				88,41	47.990,75
15.1	SINAPI	102494	PINTURA DE PISO COM TINTA EPÓXI, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO PRIMER EPÓXI. AF_05/2021	M2	613,52	58,48	73,12	44.860,58
15.2	SINAPI	102506	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE FAIXA COM TINTA EPÓXI, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL	M	204,72	12,23	15,29	3.130,17

V			IMPLANTAÇÃO GERAL					
16			PAVIMENTAÇÃO				291,40	61.599,42
16.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	214,22	3,01	3,76	805,47
16.2	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERES, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	214,22	59,56	74,47	15.952,96
16.3	CPU	C008	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM	M2	214,22	79,33	99,19	21.248,48
16.4	SINAPI	94279	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 39X6,5X6,5X19 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA DELIMITAÇÃO DE JARDINS, PRAÇAS OU PASSEIOS. AF_05/2016	M	167,30	62,11	77,66	12.992,52
16.5	SINAPI	103946	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_05/2022	M2	291,85	29,05	36,32	10.599,99
17			URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO				14.220,41	78.533,78

17.1	COT	COT-004	BANCO FIXO (0,70 X 1,50)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M312 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	4,00	763,93	909,76	3.639,04
17.2	COT	COT-005	CESTO DE LIXO (0,60 X 0,60)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M313 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	16,00	1.099,56	1.309,47	20.951,52
17.3	COT	COT-007	MESA PARA JOGOS (1,00 X 1,00)M COM 4 BANCOS (0,30 X 0,30)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M314 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	4,00	3.800,00	4.525,42	18.101,68
17.4	COT	COT-008	CONJUNTO MESA (1,00 X 2,00)M E 2 BANCOS (0,30 X 2,00)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M315 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	2,00	4.876,39	5.807,29	11.614,58
17.5	SINAPI	103315	INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE SOLO. AF_11/2021	M2	11,75	231,88	289,92	3.406,56

17.6	SINAPI	98509	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_05/2018	UND	40,00	224,28	280,42	11.216,80
17.7	SINAPI	98510	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_05/2018	UND	20,00	296,83	371,13	7.422,60
17.8	SINAPI	98511	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF_05/2018	UND	3,00	581,46	727,00	2.181,00
18			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				14.848,41	89.291,56
18.1	CPU	C011	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	6,00	30,88	38,61	231,66
18.2	CPU	C012	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 50 (1 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	70,00	9,14	11,43	800,10
18.3	CPU	C013	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	180,00	13,02	16,28	2.930,40
18.4	CPU	C014	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	120,00	35,50	44,39	5.326,80
18.5	CPU	C015	CURVA LONGA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	14,00	24,20	30,26	423,64

18.6	CPU	C016	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	165,00	5,85	7,31	1.206,15
18.7	CPU	C017	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	700,00	8,61	10,77	7.539,00
18.8	CPU	C018	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	340,00	12,15	15,19	5.164,60
18.9	CPU	C019	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	870,00	19,42	24,28	21.123,60
18.10	CPU	C020	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	20,00	30,46	38,08	761,60
18.11	CPU	C021	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO C, PARA ELETRODUTO DE PVC DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	5,00	40,24	50,31	251,55
18.12	CPU	C022	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO E, PARA ELETRODUTO DE PVC DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	8,00	37,80	47,26	378,08
18.13	CPU	C023	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO T, PARA ELETRODUTO DE PVC DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2,00	53,45	66,83	133,66

18.14	CPU	C024	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 16 MM ² E DISJUNTOR DIN 70A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO)	UND	1,00	4.615,75	5.771,07	5.771,07
18.15	CPU	C025	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 18 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00	471,00	588,89	588,89
18.16	CPU	C026	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	4,00	13,38	16,73	66,92
18.17	CPU	C027	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00	14,85	18,57	18,57
18.18	CPU	C028	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00	82,28	102,87	102,87
18.19	CPU	C029	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTO 45 KA, 175 V, TIPO AC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	4,00	119,55	149,47	597,88
18.20	CPU	C030	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM ² , NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	15,00	105,53	131,94	1.979,10
18.21	CPU	C031	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 3/4", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	5,00	113,68	142,13	710,65

18.22	SINAPI	98111	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO, CIRCULAR, EM POLIETILENO, DIÂMETRO INTERNO = 0,3 M. AF_12/2020	UND	5,00	58,01	72,53	362,65
18.23	CPU	C032	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1800 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	8,00	31,15	38,95	311,60
18.24	CPU	C033	REFLETOR EM ALUMÍNIO, DE SUPORTE E ALÇA, COM LÂMPADA EM LED 100W DE POTÊNCIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	13,00	75,73	94,69	1.230,97
18.25	SINAPI	97886	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M. AF_12/2020	UND	17,00	216,58	270,79	4.603,43
18.26	CPU	C034	POSTE EM CONCRETO ARMADO SEÇÃO CIRCULAR 200/10, TIPO C-14 COM 3 REFLETORES EM LED 200W FIXADOS EM CRUZETA DE CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	6,00	2.515,11	3.144,64	18.867,84
18.27	CPU	C035	POSTE EM CONCRETO ARMADO SEÇÃO CIRCULAR 200/10, TIPO C-14 COM 6 REFLETORES EM LED 200W FIXADOS EM CRUZETA DE CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2,00	3.122,56	3.904,14	7.808,28
19			INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS				197,07	2.725,12
19.1	SINAPI	89356	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	30,00	26,67	33,35	1.000,50

19.2	SINAPI	89357	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	30,00	36,69	45,87	1.376,10
19.3	SINAPI	89362	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	3,00	10,83	13,54	40,62
19.4	SINAPI	89366	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 3/4 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	3,00	18,56	23,21	69,63
19.5	SINAPI	89364	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00	13,45	16,82	16,82
19.6	SINAPI	89400	TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00	22,81	28,52	28,52
19.7	SINAPI	89380	LUVA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2,00	11,52	14,40	28,80
19.8	SINAPI	86913	TORNEIRA CROMADA 1/2 OU 3/4 PARA JARDIM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	3,00	43,76	54,71	164,13
20			DRENAGEM				1.491,87	53.721,20
20.1	SINAPI	89512	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	48,00	56,01	70,03	3.361,44
20.2	SINAPI	102711	JUNÇÃO DUPLA DE PVC, SÉRIE NORMAL, DN 100 X 100 X 100 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	8,00	88,06	110,10	880,80

20.3	CPU	C009	CAIXA ENTERRADA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, TAMPA EM CONCRETO COM GRELHA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,6X0,5 M PARA REDE DE DRENAGEM	UND	2,00	1.000,78	1.251,28	2.502,56
20.4	CPU	C010	DRENO ESPINHA DE PEIXE (SEÇÃO 0,40 X 0,20 M), COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFURADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL, INCLUSIVE CONEXÕES	M	360,00	104,37	130,49	46.976,40
21			SERVIÇOS COMPLEMENTARES				15,17	17.478,00
21.1	SINAPI	100984	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3)	M3	450,00	10,03	12,54	5.643,00
21.2	SINAPI	95877	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM)	M3XKM	4.500,00	2,10	2,63	11.835,00
						TOTAL	205.767,51	1.530.224,30

Camila Vilhena Monteiro

Camila Vilhena Monteiro
Enga. Civil – 8546/D – AC
RN 010612858 - 2

7.6 - A metodologia adotada consistiu na composição dos custos unitários dos serviços, considerando: insumos, mão de obra, equipamentos, encargos sociais horistas fixados em 91,83%;

7.7 - Além disso, foi aplicada a taxa de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), contemplando: BDI padrão no percentual de 25,03%, aplicado aos serviços em geral; BDI diferenciado no percentual de 19,09%, aplicado conforme a natureza específica de determinados itens da planilha orçamentária.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ		
OBRA:	CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA, MEIA QUADRA DE BASQUETE, PARQUINHO INFANTIL E PISTA DE CAMINHADA (TIPO A)	DATA: 05/03/2026
ENDEREÇO:	BRASIL	BDI GERAL: 25,03%
DATA BASE:	DEZEMBRO / 2025	BDI DIFERENCIADO: 19,09%
REV:	R00	ENC. SOCIAIS HORISTA: 91,83%

E-mail: secesportiva@gmail.com

Rua: Avenida Antônio Frota, Nº 118, Centro Tarauacá – Acre / Cep: 69970-000

7.8 - A definição das taxas de BDI adotadas na estimativa orçamentária observou as diretrizes técnicas aplicáveis às obras públicas, considerando a estrutura de custos indiretos, tributos e margem de remuneração da contratada, em conformidade com as boas práticas de engenharia de custos e orientações dos órgãos de controle.

7.9 - A composição do BDI contemplou, dentre outros, os seguintes componentes:

- ❖ despesas indiretas (administração central, custos administrativos e financeiros);
- ❖ seguros e garantias contratuais;
- ❖ riscos e contingências inerentes à execução do objeto;
- ❖ tributos incidentes sobre o faturamento;
- ❖ margem de lucro da contratada.

7.10 - A adoção de BDI diferenciado encontra respaldo nas orientações técnicas aplicáveis, sendo medida que visa maior precisão orçamentária e aderência à realidade de mercado, evitando sobrepreço e promovendo maior economicidade à Administração Pública. Ressalta-se que os percentuais adotados são compatíveis com faixas praticadas em contratações públicas similares, especialmente aquelas baseadas em referências do SINAPI, e observam parâmetros aceitos pelos órgãos de controle, contribuindo para a formação de preços adequados e exequíveis.

7.11 - Destaca-se, ainda, que a correta definição do BDI é essencial para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, evitando tanto a inexecutabilidade da proposta quanto a ocorrência de sobrepreço, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei 14.133/2021.

8- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - (ART. 18, § 1º, VII DA LEI 14.133/2021).

8.1- A solução proposta consiste na **contratação de empresa de engenharia especializada para a execução da obra de Construção de Centro Esportivo Comunitário**, conforme projeto técnico, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e demais documentos que compõem o Termo de Compromisso firmado com o órgão concedente.

8.2 - A execução do objeto abrange, de forma integrada, todos os serviços necessários à completa implantação do empreendimento, incluindo:

- ❖ serviços preliminares e instalação de canteiro de obras;
- ❖ movimentação de terra e preparação do terreno;
- ❖ execução de fundações e estruturas;
- ❖ construção de quadra esportiva e demais espaços destinados à prática de atividades físicas;

- ❖ implantação de sistemas de drenagem;
- ❖ instalações elétricas e, quando aplicável, hidrossanitárias;
- ❖ execução de calçadas, acessos e urbanização do entorno;
- ❖ implantação de equipamentos esportivos e elementos complementares;
- ❖ acabamentos finais e serviços de limpeza e entrega da obra.

8.3- Ressalta-se que não está prevista a execução de cobertura da quadra ou de quaisquer estruturas cobertas, devendo a obra ser executada estritamente conforme os elementos constantes do projeto aprovado.

8.4 - A solução contempla, ainda, o atendimento às normas técnicas vigentes, especialmente no que se refere à segurança estrutural, acessibilidade, desempenho das edificações e sustentabilidade, garantindo que o equipamento público seja adequado ao uso coletivo e às necessidades da população.

8.5 - A execução da obra deverá ocorrer de forma contínua, observando o cronograma físico-financeiro, com acompanhamento e fiscalização por parte da Administração, de modo a assegurar a qualidade dos serviços, o cumprimento dos prazos e a correta aplicação dos recursos públicos.

8.6 - Adicionalmente, a execução da obra observará critérios de sustentabilidade, com adoção de práticas que minimizem impactos ambientais, promovam o uso eficiente de recursos e assegurem a destinação adequada de resíduos.

8.7 - A solução também contempla o cumprimento das exigências do Termo de Compromisso nº 986844/2025, celebrado com o Ministério do Esporte, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos e o atendimento das metas pactuadas.

8.8 - Dessa forma, a solução como um todo atende às necessidades identificadas pela Administração, proporcionando a implantação de infraestrutura urbana em vias novas, com qualidade, segurança e acessibilidade, contribuindo para o desenvolvimento urbano do município e melhoria das condições de vida da população.

8.9 - O prazo previsto para execução é de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de início previsto na Ordem de Serviço, período considerado suficiente para a conclusão integral do objeto. A Contratada deve obrigatoriamente apresentar um cronograma físico-financeiro, e este antes da ordem de serviço, deve ser aprovado pela Prefeitura Municipal de Tarauacá- AC, devendo a Contratada submeter à aprovação da Prefeitura Municipal a sua proposta de cronograma físico-financeiro para a execução da obra.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	SERVIÇOS	ÍNDICE	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	VALOR
			30	60	90	120	SERVIÇO
							C/ BDI
01	FUNDAÇÃO	0,78%	10.496,23				10.496,23
	% no PERÍODO		100,00%				
02	PAVIMENTAÇÃO	29,51%	79.154,59	118.731,88	118.731,88	79.154,59	395.772,94
	% no PERÍODO		20,00%	30,00%	30,00%	20,00%	
03	ESTRUTURA	2,67%	21.505,37	14.336,92			35.842,29
	% no PERÍODO		60,00%	40,00%			
04	ALVENARIA E FECHAMENTO	7,33%		29.510,80	39.347,73	29.510,80	98.369,32
	% no PERÍODO			30,00%	40,00%	30,00%	
05	REVESTIMENTO	0,76%		2.050,54	5.126,36	3.075,81	10.252,71
	% no PERÍODO			20,00%	50,00%	30,00%	
06	PINTURA	2,22%				29.710,34	29.710,34
	% no PERÍODO					100,00%	
07	EQUIPAMENTOS	0,40%				5.370,36	5.370,36
	% no PERÍODO					100,00%	
08	FUNDAÇÃO	0,35%		4.737,46			4.737,46
	% no PERÍODO			100,00%			
09	PAVIMENTAÇÃO	14,62%			196.104,91		196.104,91
	% no PERÍODO				100,00%		
10	EQUIPAMENTOS	0,32%				4.246,52	4.246,52
	% no PERÍODO					100,00%	
11	FUNDAÇÃO	0,29%		3.947,88			3.947,88
	% no PERÍODO			100,00%			
12	PAVIMENTAÇÃO	5,77%			23.204,57	54.143,99	77.348,56
	% no PERÍODO				30,00%	70,00%	
13	EQUIPAMENTOS	4,66%				62.491,33	62.491,33
	% no PERÍODO					100,00%	

14	PAVIMENTAÇÃO	7,59%	30.546,82	20.364,55	50.911,37		101.822,73
	% no PERÍODO		30,00%	20,00%	50,00%		
15	PINTURA	4,02%			10.792,94	43.171,76	53.964,70
	% no PERÍODO				20,00%	80,00%	
16	PAVIMENTAÇÃO	3,20%	12.861,26	8.574,18	21.435,44		42.870,88
	% no PERÍODO		30,00%	20,00%	50,00%		
17	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO	4,77%			31.999,74	31.999,74	63.999,48
	% no PERÍODO				50,00%	50,00%	
18	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	6,40%	17.154,88	25.732,33	25.732,33	17.154,88	85.774,42
	% no PERÍODO		20,00%	30,00%	30,00%	20,00%	
19	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	0,18%	968,60	1.452,91			2.421,51
	% no PERÍODO		40,00%	60,00%			
20	DRENAGEM	3,02%	32.424,27	8.106,07			40.530,34
	% no PERÍODO		80,00%	20,00%			
21	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	1,13%				15.101,13	15.101,13
	% no PERÍODO					100,00%	
ESTIMATIVA DE MEDIÇÃO MENSAL		100,00%	205.112,04	237.545,50	523.387,25	375.131,25	1.341.176,04
TOTAL ACUMULADO			205.112,04	442.657,53	966.044,79	1.341.176,04	

8.10 - Dessa forma, a solução como um todo atende de maneira completa e integrada à necessidade pública identificada, demonstrando-se adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, em conformidade com o art. 18, §1º, VII, da Lei nº 14.133/2021 e com as boas práticas recomendadas pelos órgãos de controle.

8.11 – Do mais, a contratação destina-se a execução de obra do tipo convencional, com elementos que foram definidos em projeto básico que previram todos os serviços preliminares e demais serviços.

8.11.1 - O regime de contratação convencional caracteriza-se pela contratação da obra com base em um projeto executivo previamente elaborado pela Administração, atribuindo ao contratado apenas a responsabilidade pela execução dos serviços e

fornecimento de materiais, conforme especificado no projeto executivo e no cronograma licitatório.

8.11.2 - Mediante prévia autorização da Administração, o projeto executivo poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, aumento da qualidade, redução do prazo de execução ou facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico, e mantido as exigências constantes na legislação sanitária vigente.

8.11.3 - Este regime oferece maior controle à Administração sobre o escopo e a execução do empreendimento, reduzindo a transferência de riscos ao contratado.

8.11.4 - É recomendado para projetos em que a solução técnica já se encontra completamente desenvolvida e há baixo nível de incerteza em relação à execução.

8.12 – Vale ressaltar que no memorial descritivo, como parte integrante de um projeto executivo, tem a finalidade de caracterizar criteriosamente todos os materiais e componentes envolvidos, bem como toda a sistemática construtiva utilizada. Tal documento relata e define integralmente o projeto executivo e suas particularidades.

8.13 - Constam do presente memorial descritivo a descrição dos elementos constituintes do projeto arquitetônico, com suas respectivas sequências executivas e especificações. Constam também do Memorial a citação de leis, normas, decretos, regulamentos, portarias, códigos referentes à construção civil, emitidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, ou por concessionárias de serviços públicos.

8.14 - As intervenções deverão manter o padrão de qualidade existente e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresente vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Projeto Básico, Memorial descritivo dos Serviços, Cronograma físico financeiro, planilha orçamentária, edital e seus anexos. Classificação do objeto: **Contrato por escopo**, conforme do Art. 6, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021. A contratação será realizada por meio de licitação tradicional, na modalidade Concorrência, na forma Eletrônica, regida pela Lei nº 14.133/2021. A concorrência foi escolhida por ser a modalidade de licitação preferencial para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia. Os procedimentos para operação da sessão pública a partir da abertura da licitação até a etapa de homologação observam as disposições da Lei nº 14.133/2021.

8.15 - Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a **execução indireta, através de empreitada por preço unitário.**

Modalidade da Licitação: Concorrência Eletrônica;

Regime de Contratação: Empreitada por Preço Unitário;

Forma: Eletrônica;

Modo de Disputa: aberto;

Critério de julgamento: Menor preço;

Tipo de Serviço: Serviço Comum de Obras e Serviços de Engenharia;

Tipo de Obra: Construção

Data Base do Orçamento: SINAPI – 12/2025

8.16 - A contratação será realizada sob o regime de **empreitada por preço unitário**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em razão das características técnicas do objeto e da necessidade de maior precisão na medição e pagamento dos serviços executados. O referido regime mostra-se mais adequado para a presente contratação, tendo em vista que, embora exista projeto previamente aprovado no âmbito do Termo de Compromisso, a execução de obras de engenharia está sujeita a variações nos quantitativos inicialmente estimados, especialmente em serviços como movimentação de terra, fundações, drenagem e demais intervenções diretamente influenciadas pelas condições reais do terreno. A adoção da empreitada por preço unitário permite que os pagamentos sejam realizados com base nas quantidades efetivamente executadas, aferidas por meio de medições periódicas, conferindo maior transparência, precisão e controle na aplicação dos recursos públicos. Além disso, esse regime:

- ❖ reduz o risco de sobrepreço decorrente de estimativas superdimensionadas;
- ❖ evita o pagamento por serviços não executados;
- ❖ assegura maior equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- ❖ proporciona maior flexibilidade para adequações técnicas necessárias durante a execução, desde que devidamente justificadas.

8.17 - Ressalta-se que a escolha do regime de execução observa os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, garantindo maior segurança na gestão contratual e melhor aderência às condições reais de execução da obra. Dessa forma, conclui-se que a **empreitada por preço unitário é o regime que melhor atende às necessidades da Administração para a execução do objeto em questão.**

8.18 - Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, a modalidade de Concorrência Eletrônica para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:

- menor preço;
- melhor técnica ou conteúdo artístico;
- técnica e preço;
- maior retorno econômico;
- maior desconto;

8.19 - Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço. A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de menor, dentro das especificações constantes, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

8.20 - Quando houver divergências entre estas especificações, os projetos apresentados e outros documentos apresentados deverão ser seguidos à ordem de prevalência:

- As normas técnicas prevalecem sobre as especificações técnicas e projetos apresentados;
- As cotas apresentadas prevalecem sobre as dimensões, medidas em escala;
- Os desenhos de maior escala prevalecem sobre os de menor escala;
- Os desenhos de datas mais recentes prevalecem sobre os de datas mais antigas.

9 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, VIII DA LEI 14.133/2021).

9.1 - Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, foi analisada a viabilidade técnica e econômica do parcelamento da contratação, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Após análise, conclui-se que **não é recomendável o parcelamento do objeto**, devendo a contratação ser realizada de forma integrada, por meio de um único contrato.

9.2 - A não adoção do parcelamento justifica-se pelos seguintes aspectos:

- ❖ **Integração técnica dos serviços:** a obra constitui um conjunto indivisível de serviços de engenharia, cujas etapas são interdependentes, exigindo execução sequencial e coordenada, sob pena de comprometer a qualidade e a funcionalidade do empreendimento;

- ❖ **Responsabilidade técnica unificada:** a execução por uma única empresa permite a centralização da responsabilidade técnica, facilitando a fiscalização, a gestão contratual e a responsabilização por eventuais falhas construtivas;
- ❖ **Eficiência na execução:** a fragmentação do objeto poderia gerar conflitos operacionais entre diferentes contratadas, ocasionando atrasos, retrabalhos e dificuldades de compatibilização entre etapas;
- ❖ **Economicidade:** o parcelamento poderia resultar em aumento de custos indiretos, duplicação de estruturas administrativas e perda de ganhos de escala, tornando a contratação menos vantajosa para a Administração;
- ❖ **Risco à execução do objeto:** a contratação de múltiplos fornecedores aumentaria o risco de descontinuidade da obra, especialmente em caso de inadimplemento de alguma das contratadas;
- ❖ **Vinculação ao projeto aprovado:** considerando que o objeto está vinculado a Termo de Compromisso previamente celebrado, com solução técnica definida e aprovada, a execução integrada mostra-se necessária para garantir a conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo órgão concedente.

9.3 - Ressalta-se que a decisão pelo não parcelamento não compromete a competitividade do certame, tendo em vista que o objeto é usual no mercado de engenharia, sendo amplamente executado por empresas do setor.

9.4 - Outrossim, faz-se necessário considerar aspectos básicos como o técnico e o econômico. No que se concerne ao primeiro requisito, ressalta-se que a divisão deste serviço acarretaria riscos de comprometimento da sua qualidade. Ainda sob perspectiva técnica, independe lançar luzes sobre a centralização da responsabilidade em uma única empresa contratada, mas somente em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado. Quanto ao quesito econômico, o parcelamento da obra pode aumentar custos com serviços preliminares e mobilização, bem como os relacionados a custo de canteiro de obras, dentre outros, tornando a contratação única mais vantajosa. Por outras palavras, em vista das razões técnicas e econômicas, a execução do serviço, objeto deste instrumento, de forma integralizada, por um só se mostra mais satisfatório do que se fosse efetuada por vários.

9.5 - Dessa forma, conclui-se que a contratação em lote único representa a solução mais adequada, eficiente e economicamente vantajosa, atendendo ao interesse público e às diretrizes estabelecidas na Lei 14.133/2021.

10 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS - (ART. 18, § 1º, IX DA LEI 14.133/2021).

10.1 - A presente contratação tem como objetivo a implantação de um Centro Esportivo Comunitário, visando atender às demandas sociais do município e promover melhorias na qualidade de vida da população.

10.2 - Com a execução do objeto, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- ❖ Ampliação do acesso ao esporte e lazer: disponibilização de espaço adequado para a prática de atividades esportivas, recreativas e de convivência social, atendendo diferentes faixas etárias da população;
- ❖ Promoção da inclusão social: fortalecimento de políticas públicas voltadas à juventude e à comunidade em geral, contribuindo para a redução de situações de vulnerabilidade social;
- ❖ Melhoria da qualidade de vida: incentivo à prática de atividades físicas, promovendo saúde, bem-estar e integração comunitária;
- ❖ Valorização urbana e ordenamento do espaço público: melhoria da infraestrutura local, contribuindo para a organização e utilização adequada da área;
- ❖ Segurança e funcionalidade: oferta de ambiente estruturado e seguro, reduzindo a utilização de espaços inadequados para atividades esportivas;
- ❖ Eficiência na aplicação dos recursos públicos: execução de obra conforme projeto aprovado, garantindo durabilidade, qualidade e menor necessidade de manutenção corretiva;
- ❖ Atendimento às diretrizes do programa governamental: cumprimento dos objetivos estabelecidos no Termo de Compromisso firmado, assegurando a correta destinação dos recursos públicos vinculados.

10.3 - Os resultados pretendidos estão alinhados aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, previstos na Lei 14.133/2021, e refletem os benefícios diretos e indiretos decorrentes da contratação.

11 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO - (ART. 18, § 1º, X DA LEI 14.133/2021).

11.1 - Para viabilizar a adequada execução do objeto, a Administração deverá adotar, previamente à contratação e durante a execução contratual, as seguintes providências:

- ❖ **Aprovação e validação dos projetos técnicos:** garantir que todos os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos estejam devidamente aprovados e compatibilizados, conforme exigências do órgão concedente;

- ❖ **Regularização da área de intervenção:** assegurar a disponibilidade da área para execução da obra, livre e desimpedida, com a devida regularidade jurídica e ausência de impedimentos;
- ❖ **Previsão orçamentária e financeira:** confirmar a existência de dotação orçamentária suficiente, bem como o adequado planejamento financeiro para suportar a execução da obra, conforme cronograma físico-financeiro;
- ❖ **Licenças e autorizações:** providenciar, quando aplicável, as licenças ambientais e demais autorizações necessárias à execução do empreendimento;
- ❖ **Designação de equipe de gestão e fiscalização:** indicar formalmente gestor e fiscal do contrato, com qualificação técnica compatível, responsáveis pelo acompanhamento, controle e fiscalização da execução dos serviços;
- ❖ **Estrutura administrativa de apoio:** assegurar que a Administração disponha de meios e recursos necessários para o acompanhamento da obra, incluindo suporte técnico do setor de engenharia;
- ❖ **Elaboração do processo licitatório:** promover a instrução completa do processo, com a inclusão do Estudo Técnico Preliminar, Projeto Básico/Executivo, minuta de edital e contrato, em conformidade com a legislação vigente;
- ❖ **Planejamento da fiscalização e medições:** estabelecer procedimentos claros para medição dos serviços executados, controle de qualidade e verificação do cumprimento das obrigações contratuais;
- ❖ **Gestão de riscos:** adotar medidas para identificação, monitoramento e mitigação de riscos associados à execução da obra, conforme mapa de riscos previamente elaborado;
- ❖ **Comunicação com o órgão concedente:** manter o devido acompanhamento e prestação de informações junto ao órgão responsável pelo Termo de Compromisso, garantindo conformidade com as condições pactuadas.

11.2 - A Administração deverá, ainda, assegurar a previsão orçamentária e a disponibilidade de recursos financeiros, incluindo a contrapartida municipal, garantindo a compatibilidade com os instrumentos de planejamento e orçamento vigentes.

11.3 - No âmbito técnico, será necessária a designação formal de equipe para gestão e fiscalização do contrato, composta por profissionais habilitados, responsáveis pelo acompanhamento da execução da obra, verificação do cumprimento das obrigações contratuais, medição dos serviços executados e emissão de relatórios técnicos.

11.4 - Recomenda-se a elaboração e aprovação do edital de licitação e de seus anexos, observando-se o regime de execução por empreitada por preço global, com definição clara do objeto, critérios de julgamento, obrigações da contratada, prazos, condições de execução,

medições, pagamentos e penalidades, garantindo transparência, competitividade e segurança jurídica ao certame.

11.5 – Antes da celebração do contrato, deverá ser designada formalmente a equipe responsável pela gestão e fiscalização contratual, preferencialmente composta por servidores com qualificação técnica compatível com obras e serviços de engenharia. Caso necessário, recomenda-se a realização de capacitação prévia desses servidores, especialmente quanto às rotinas de fiscalização de obras, controle de qualidade, acompanhamento do cronograma físico- financeiro, medições, registro em diário de obras e prestação de contas dos recursos vinculados ao convênio.

11.6 - Deverá também ser providenciada a emissão da ordem de serviço após a formalização do contrato, bem como a verificação das condições iniciais para início da obra, incluindo a liberação da área, eventuais licenças e autorizações necessárias.

11.7 - Durante a execução contratual, a Administração deverá garantir a adequada fiscalização dos serviços, promovendo o controle de qualidade, acompanhamento do cronograma e adoção de medidas corretivas quando necessário, assegurando o fiel cumprimento do objeto.

11.8 - Antes da celebração do contrato, deverá ser designada formalmente a equipe responsável pela gestão e fiscalização contratual, preferencialmente composta por servidores com qualificação técnica compatível com obras e serviços de engenharia. Caso necessário, recomenda-se a realização de capacitação prévia desses servidores, especialmente quanto às rotinas de fiscalização de obras, controle de qualidade, acompanhamento do cronograma físico- financeiro, medições, registro em diário de obras e prestação de contas dos recursos vinculados ao termo de compromisso. Fica desde já os servidores abaixo designados:

Gestor do Contrato:

Nome: José Carlos Bezerra da Silva

Cargo/Função: Coordenador de Esporte da Sec. Mun. Esporte e Lazer

Fiscal Administrativo do Contrato:

Nome: Francisco Ednilton Santos Nascimento

Cargo/Função: Diretor de Esporte / zona urbana da Sec. Mun. Esporte e Lazer

E-mail: sccesportiva@gmail.com

Rua: Avenida Antônio Frota, Nº 118, Centro Tarauacá – Acre / Cep: 69970-000

Fiscal Técnica:

Nome: Ana Caroline Porcel Ribeiro Maia
Assessora Técnica em Engenharia
Eng. Civil - CREA / 21.656-D / AC
Portaria nº 202/2025

11.9 - Antes do início da obra, deverão ser adotadas medidas como a emissão da ordem de serviço após a formalização do contrato, a conferência da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do responsável indicado pela contratada, a disponibilização integral dos projetos e documentos técnicos à empresa executora, bem como a adoção de providências relacionadas à comunicação à comunidade local e organização da sinalização provisória da área de intervenção, quando necessário.

11.10 - Ao final, deverão ser adotadas providências relacionadas ao recebimento da obra, incluindo vistoria técnica, emissão de termo de recebimento provisório e definitivo, bem como registro e arquivamento da documentação pertinente.

11.11 - Durante a execução, caberá à Administração promover fiscalização sistemática da obra, acompanhar o cumprimento do cronograma físico-financeiro, atestar medições conforme critérios contratuais, registrar informações no diário de obra e adotar medidas corretivas tempestivas em caso de não conformidades.

11.12- Concluída a execução, deverão ser realizadas as etapas de recebimento provisório e definitivo da obra, mediante vistoria técnica que comprove a adequação dos serviços executados às especificações do projeto, às normas de acessibilidade e às condições contratuais, observando-se a inexistência de vícios ou defeitos construtivos relevantes.

11.13 - A Administração deverá assegurar a adequada instrução dos autos e a regular prestação de contas do convênio junto ao órgão concedente, mantendo a documentação organizada e disponível para eventual fiscalização dos órgãos de controle.

11.14 – Por fim, destaca-se a importância da publicidade e transparência de todos os atos preparatórios da licitação, por meio da inserção tempestiva dos documentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e demais meios previstos em regulamento, assegurando competitividade, isonomia e controle social sobre o processo. A adoção dessas providências prévias ao contrato é indispensável para garantir segurança jurídica, viabilidade técnica e eficiência na execução da obra pública, resultando em benefícios reais à população e em conformidade com os princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

11.15 - Dessa forma, as providências delineadas são indispensáveis para garantir a regularidade da contratação, a eficiência na execução contratual e o atendimento ao interesse público, em conformidade com o art. 18, §1º, X, da Lei nº 14.133/2021.

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES (ART. 18, § 1º, XI DA LEI 14.133/2021).

12.1 - Para a adequada execução do objeto, foi realizada análise quanto à existência de contratações correlatas e/ou interdependentes.

12.2 - Verificou-se que a presente contratação não possui, em regra, dependência direta de outras contratações para sua execução, uma vez que o objeto contempla, de forma integrada, todos os serviços de engenharia necessários à implantação completa do Espaço Esportivo Comunitário.

12.3 - Todavia, podem ser identificadas **contratações correlatas de natureza acessória**, que não interferem diretamente na execução da obra, mas que contribuem para o pleno funcionamento do equipamento após sua conclusão, tais como:

- ❖ aquisição de materiais e insumos para manutenção futura do espaço;
- ❖ contratação de serviços de limpeza e conservação;
- ❖ eventual contratação de profissionais ou programas voltados à promoção de atividades esportivas e sociais no local.

12.4 - Ressalta-se que tais contratações possuem caráter complementar e poderão ser realizadas oportunamente, não constituindo condição para a execução do objeto principal.

12.5 - Destaca-se, ainda, que a obra está vinculada a Termo de Compromisso previamente celebrado, não havendo previsão de etapas executivas dependentes de outros contratos, o que reforça a viabilidade de sua execução de forma autônoma e contínua.

12.6 - Dessa forma, conclui-se que **não há contratações interdependentes que possam comprometer o início ou a continuidade da execução do objeto**, estando a Administração apta a promover a contratação de forma independente, em conformidade com o planejamento realizado.

13 – IMPACTOS AMBIENTAIS - (ART. 18, § 1º, XII DA LEI 14.133/2021).

13.1. Primeiramente, deve ser destacado que a contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e

envolvidos na prestação dos serviços. Os impactos são de natureza temporária e mitigáveis, incluindo geração de resíduos, poeira e ruídos. Serão adotadas medidas de controle e destinação adequada, conforme legislação vigente.

13.2. A contratada deverá observar ainda as seguintes legislações pertinentes:

- a) Logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
- b) Cumprir as diretrizes de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal, quando aplicável;
- c) Implementar plano para a gestão adequada dos resíduos sólidos gerados na obra;
- d) Realizar estudos detalhados para avaliar os potenciais impactos da obra e propor medidas de mitigação junto à contratante.
- e) destinação adequada dos resíduos;
- f) controle de poeira e ruídos durante a execução;
- g) observância da legislação ambiental vigente;
- h) obtenção de eventuais licenças ambientais, quando aplicável.

13.3 - Ressalta-se ainda que, a escolha da solução considerou as boas práticas de utilização de recursos, redução de desperdício e menor poluição, optando, portanto, pela alternativa que causará menor impacto ambiental.

13.4 - Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são mitigáveis e não representam impedimento à execução do objeto, desde que observadas as medidas de controle e a legislação aplicável, garantindo o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a preservação ambiental.

14 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Termo de Compromisso e Recursos Próprios.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Entidade: 01 – Prefeitura Municipal de Tarauacá

Órgão: 16 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Unidade: 01 – Gabinete da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Proj. /Ativ.: 1.610 – Construção e Revitalização de Espaços Esportivos

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

Fonte: 1.706.61.3110 – Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais - / R\$ 1.462.500,00
1.500.00.000 - Recursos Não Vinculados De Impostos / R\$ 67.724,30

15 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, XIII DA LEI 14.133/2021).

15.1 - Com base nas análises realizadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é viável sob os aspectos técnico, econômico, orçamentário e operacional, atendendo plenamente ao interesse público.

15.2 - Sob o aspecto técnico, verifica-se que o objeto está devidamente definido por meio de projeto aprovado no âmbito do Termo de Compromisso firmado, contendo todos os elementos necessários à sua adequada execução, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

15.3 - No que se refere ao aspecto econômico, a estimativa de custos foi elaborada com base em referências oficiais e metodologia adequada, demonstrando compatibilidade com os preços praticados no mercado, além de observar critérios de economicidade e razoabilidade.

15.4 - Quanto ao aspecto orçamentário e financeiro, há previsão de recursos vinculados ao instrumento celebrado, bem como planejamento compatível com o cronograma físico-financeiro da obra, assegurando a capacidade de execução do objeto.

15.5 - Sob o aspecto operacional, a Administração dispõe de estrutura mínima necessária para acompanhamento e fiscalização da obra, com equipe técnica apta à gestão contratual, além de o objeto ser amplamente executado por empresas do setor de engenharia, garantindo competitividade no certame.

15.6 - Adicionalmente, foram avaliados os riscos envolvidos, as condições de execução, os impactos ambientais e as providências necessárias por parte da Administração, concluindo-se que não há impedimentos relevantes à realização da contratação.

15.7 - Dessa forma, verifica-se que a solução escolhida é adequada, exequível e alinhada às necessidades da Administração Pública, razão pela qual se recomenda o prosseguimento do

processo licitatório, visando à contratação de empresa especializada para execução do objeto.

15.8 - Conclui-se que a contratação é **plenamente viável**, sendo técnica e economicamente adequada, operacionalmente exequível e legalmente amparada, atendendo ao interesse público e contribuindo para o desenvolvimento urbano e melhoria da qualidade de vida da população.

Tarauacá, 07 de abril de 2026.

Elaborado por:

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

Coordenador de Esporte da Sec. Mun. Esporte e Lazer
Portaria nº 237/2025

FRANCISCO EDNILTON SANTOS NASCIMENTO

Diretor de Esporte da Sec. Mun. Esporte e Lazer / Zona Urbana
Portaria nº 210/2025

ANA CAROLINE PORCEL RIBEIRO MAIA

Assessora Técnica de Engenharia
Portaria nº 202/2025
Eng. Civil - CREA / 21.656-D / AC

Aprovado por:

JOÃO JANICÉLIO MARINHO FONTENELES

Secretário Municipal de Esporte e Lazer

Decreto nº 041/2025